

# A relação escola-cidade garante uma Cidade Educadora?

Natacha Costa \*

A relação escola-cidade garante uma Cidade Educadora?

"A cidade educadora deve exercer e desenvolver esta função [de educadora] paralelamente às suas funções tradicionais (econômica, social, política de prestação de serviços), tendo em vista a formação, a promoção e o desenvolvimento de todos os seus habitantes".  
(....)

"As razões que justificam esta função [educadora] são de ordem social, econômica e política, sobretudo orientadas por um projeto cultural e de formação, eficaz e participativo"

Carta das Cidades Educadoras

Proposta Definitiva, novembro de 2004.

As experiências apresentadas no Encontro Nacional de Cidades Educadoras em Salvador, no mês de abril, nos levam a refletir sobre os caminhos que as cidades educadoras brasileiras têm percorrido e sobre as possibilidades de amadurecimento e fortalecimento dos conceitos e das práticas nacionais.

As 13 cidades brasileiras filiadas à rede têm desenvolvido projetos extremamente interessantes e audaciosos que buscam a ampliação do fazer educativo para além das questões curriculares, buscando a integração do mesmo ao contexto local, a garantia à expressão e inclusão dos diferentes grupos, a melhoria das condições estruturais das escolas e espaços públicos. São muitos os projetos desenvolvidos que parecem proporcionar vivências coletivas e participação ativa de diversos atores, condições essenciais à construção de uma cidade educadora.

Porém, é de fundamental importância atentar para a tendência demonstrada da centralidade da escola nos processos propostos de cidade educadora no Brasil.

A questão da cidade educadora deve ser entendida como uma gestão diferenciada de cidade, em que se garante aos seus habitantes, ao longo da vida e "em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal" (Carta das Cidades Educadoras).

A Cidade Educadora nos encoraja a indagar, por exemplo, como os profissionais e agentes da saúde, médicos e enfermeiros podem incorporar uma intencionalidade educativa que evite - a partir da transmissão clara e efetiva da informação -, que uma mãe tenha que levar o seu filho ao hospital interminavelmente porque não sabe como agir para que o filho não adoça. Como profissionais da comunicação, publicitários, jornalistas, podem usar seus conhecimentos e canais para transmitir informações sobre a cidade e sobre o mundo com qualidade, buscando contribuir para a mobilização e formação cidadã dos cidadãos. Como um policial pode assumir uma atitude de orientação e suporte à população, contribuindo para relações mais horizontais e humanas, ao invés de ter uma ação reduzida à repressão calcada no valor do poder, da verticalidade e da violência. Como os motoristas em geral, de ônibus, táxis e

particulares, podem respeitar os pedestres e os usuários, conduzindo com segurança, colaborando com informações e idéias sobre a qualificação das vias, preservando vidas. Como as mães, pais, filhos e avós podem se envolver com ações nas suas comunidades, seja promovendo encontros, discussões sobre os desafios locais ou simplesmente respeitando os espaços públicos e os seus concidadãos, preservando as condições de liberdade e igualdade de todos. Como os empresários podem atuar de forma responsável social e ambientalmente, inserindo a dimensão educativa em suas atuações. Como o poder público se compromete de fato com a população, privilegiando uma comunicação efetiva e interlocução clara, em que as pessoas saibam com quem falar e onde obter informações, onde a participação e o ético equilíbrio entre direitos e deveres prevaleçam.

O atual sentimento de orfandade ou indiferença em relação à questão pública precisa ser superado através da possibilidade dos cidadãos se sentirem parte das decisões e do poder público garantir instâncias efetivas de participação e condições para a compreensão dos processos. Como vimos em Santo André, não basta entregar o cartão do Programa Bolsa Família às pessoas, se elas não souberem como proceder. É necessário lançar mão de estratégias para garantir que a população se aproprie do processo, como fez a prefeitura da cidade que disponibilizou um atendimento individualizado aos beneficiários do programa para que aprendessem efetivamente a usar o sistema. A autonomia é, portanto, não apenas garantida pelos recursos financeiros, mas pela garantia de o cidadão ser protagonista da sua história.

Os três princípios descritos na Carta, "o Direito a uma cidade educadora", "o Compromisso da Cidade" e o "Serviço Integral das Pessoas" demonstram que se trata de um projeto de CIDADE, do qual a escola é parte. Como coloca Pilar Figueras, secretária-geral da Associação Internacional de Cidades Educadoras, a questão da relação escola-cidade "faz parte da constelação temática que reflete o conceito 'cidade educadora'. Abre uma janela. Será interessante abrir, sucessivamente, outras muitas que nos permitam explorar os distintos caminhos que possam ser transitados para conseguir que nossas cidades sejam cada dia mais educadoras"

Não se pode deixar de reconhecer que dentro desse processo a escola tem um papel proeminente. É pressuposto importante que a escola deve rever seu currículo continuamente, adaptando-o ao contexto da comunidade em que está inserida, inovando suas práticas, indo além dos seus muros, incluindo as novas tecnologias e mídias no seu trabalho, garantindo condições para que o saber e o desenvolvimento pessoal e social sejam valores indiscutíveis para sua comunidade escolar. Nesse sentido, o trabalho da escola colabora indiscutivelmente para o sucesso da construção de cidades que se desejam educadoras.

Porém, o conceito de Cidade Educadora vai além. Ele pressupõe a intencionalidade educativa das políticas públicas em geral, entendidas de forma ampla e não apenas por parte das secretarias municipais de educação.

Assim, as cidades brasileiras só poderão efetivamente ser Cidades Educadoras quando seus governos locais garantirem um caráter educativo, integrador e plural às suas ações como um todo. Delegar, única e exclusivamente ou predominantemente, à escola a função da promoção de uma cidade educadora, além de conceitualmente equivocada, caracteriza um desafio injusto e intransponível para a mesma.

\* Natacha Costa é psicóloga e diretora geral da Cidade Escola Aprendiz

[natachacosta@aprendiz.org.br](mailto:natachacosta@aprendiz.org.br)



## Educador Aprendiz

Neste espaço os educadores da Cidade Escola Aprendiz escrevem sobre assuntos relacionados ao dia-a-dia da instituição.